

# Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas

Alessandro Soares da Silva<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente artigo busca refletir e publicizar elementos ocultos da vida social de grupos minoritários que são atos eminentemente políticos. A reflexão sobre o negado, elementos não explicitados, recorrentes na história da homossexualidade, bem como sobre processos de luta e resistência social contra sistemáticas políticas de esquecimento e silenciamento nos conduziu às Paradas do Orgulho LGBT como fenômenos psicopolíticos significativos para superação de práticas assimilacionistas heteronormativas próprias de sociedades conservadoras, que andam na contramão do multiculturalismo e do respeito à diversidade. Aqui propomos que memória e consciência política podem ser elementos de potencialização da ação política de sujeitos a partir de ações coletivas e estas constituem práticas estratégicas para a construção de políticas públicas realmente inclusivas e igualitárias no campo LGBT. Tais ações coletivas são produzidas na disputa com outros atores sociais e visam pressionar o Estado no que tange à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de inclusão social voltadas à grupos minoritários.

**Palavras-Chave:** Psicologia Política, Políticas Públicas, Movimentos LGBT, Memória Política, Consciência Política.

## Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar y dar a conocer los elementos ocultos de la vida social de los grupos minoritarios que son acto eminentemente político. La reflexión sobre los elementos que se niegan, no explícitos y recurrentes, en la historia de la homosexualidad, así como sobre los procesos de lucha social y la resistencia contra las políticas de abandono y el silenciamiento sistemático nos han llevado a las manifestaciones del Orgullo LGBT, como fenómenos psicopolíticos importantes para la superación de las prácticas asimilacionistas heteronormativas propias de las sociedades conservadoras que van en contra de la corriente del

<sup>1</sup> É Diretor da Revista Psicologia Política (Brasil), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo, professor do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas Coordenador do Programa de Pós- Graduação em Mudança Social e Participação Política e do Curso de Especialização em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E mail: alesssoares@usp.br

multiculturalismo y el respeto a la diversidad. Aquí proponemos que la memoria y la conciencia pueden ser elementos de empoderamiento político de la acción política en el tema de las acciones colectivas y éstas son prácticas estratégicas para la construcción de políticas públicas verdaderamente inclusivas y equitativas en el ámbito LGBT. Estas acciones colectivas se producen en disputa con otros actores sociales y el objetivo de presionar al Estado con respecto a la formulación, ejecución y evaluación de las políticas públicas orientadas a la inclusión social de los grupos minoritarios.

**Palabras clave:** Psicología Política, Políticas Públicas, Movimiento LGBT, Memoria Política, Conciencia Política

#### Abstract:

This paper aims to reflect and publicize hidden elements of the social life of minority groups that are eminently political act. Reflection on denied elements not explicit, recurrent in the history of homosexuality, as well as on processes of social struggle and resistance against policies of neglect and systematic silencing led us to LGBT Pride Parades psychopolitical phenomena as significant for overcoming assimilationist practices heteronormative own of conservative societies, which go against the grain of multiculturalism and respect for diversity. Here we propose that memory and consciousness can be elements of political empowerment of political action from the subject of collective actions and these are strategic practices for the construction of public policies truly inclusive and equitable in the LGBT field. These collective actions are produced in dispute with other social actors and aimed at pressuring the state regarding the formulation, implementation and evaluation of public policies aimed at social inclusion minority groups.

**Keywords:** Political Psychology, Public Policy, LGBT Movements, Political Memory, Political Consciousness.

#### Introdução

O objetivo do presente artigo é resgatar e publicizar elementos ocultados da vida social de grupos minoritários, que constitui um ato eminentemente político (Villiamil, 2004). Num esforço de refletir sobre o negado, elementos não explicitados, recorrentes na história da homossexualidade, buscou-se abrir espaço à compreensão dos processos de luta e resistência social; de forma a construir o

entendimento do significado e do peso de políticas de esquecimento e silenciamento a que estiveram submetidos os coletivos LGBT por anos a fio, para, então, produzir caminhos de superação (Silva, 2007ab). Na tentativa de superar a prática recorrente do esquecimento, reflete-se acerca da emergência das Paradas do Orgulho LGBT e sua relevância política para superação de práticas assimilacionistas heteronormativas de sociedades conservadoras, que andam na contramão do multiculturalismo e do respeito à diversidade.

Entender como memória e consciência política podem ser elementos de potencialização da ação política de sujeitos a partir de ações coletivas, como as Paradas do orgulho LGBT – um elemento de extrema importância para a construção de políticas públicas realmente inclusivas e igualitárias. Tais ações coletivas são produzidas na disputa com outros atores sociais e visam pressionar o Estado no que tange à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de inclusão social voltadas a grupos minoritários.

Existem poucos trabalhos voltados à análise de movimentos sociais no campo da Psicologia Social, em relação aos demais temas abordados na área de conhecimento em questão, sendo que quase nenhum trabalho é dedicado à análise dos Movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros)<sup>2</sup>. A constatação impressiona pelo fato de que a rede de movimentos sociais conhecida no Brasil como movimento GLBT apresenta significativo crescimento nos últimos anos, além de constituir um tema bastante contemporâneo no âmbito do ativismo em direitos humanos. No Brasil, utilizou-se usualmente a sigla GLBT, segundo a tradição estadunidense até 2008, quando os movimentos adotam a ordem europeia LGBT – que reflete as mudanças politicamente necessárias nas relações de gênero. A mudança realizada no Brasil ocorreu de modo semelhante à modificação ocorrida na Europa, onde a pressão do movimento feminista lésbico europeu foi fundamental para denunciar a opressão vivida pelas mulheres em sociedades patriarcais. A recente inversão de letras ocorrida no Brasil indica que os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros têm buscado uma ação conjunta contra a herança patriarcal que organiza a vida cotidiana (Silva, 2008).

Ainda assim, a maioria dos trabalhos encontrados em outras áreas do saber versa sobre muitas coisas, menos sobre a constituição do sujeito político homossexual ou as ações coletivas da magnitude das Paradas do Orgulho LGBT. Diferentemente de outros movimentos sociais, que são primeiramente

<sup>2</sup> Quando fazemos um levantamento no sistema Scielo e no banco de teses e buscamos material que, ou em suas palavras-chave, título ou resumo incorporem a palavra psicopolítico/a ou a termo Psicologia Política o número de trabalhos que aparecem é ínfimo. Buscando a partir das produções dos grupos de pesquisa do CNPq que são reconhecidos como grupos que estão vinculados à Psicologia Política brasileira esse número de trabalhos aumenta, mas aparece uma concentração nos grupos das Universidades UFMG, USP, PUCSP e UFPb. Exemplos de trabalhos que são produzidos nesses grupos são: UFMG - Smigay, K. (2002), Machado F & Prado, M., 2005, 2007, 2009; Prado, M., Rodrigues, C. & Machado, F., 2006; Prado, M., & Machado, F., 2007, 2009; Prado, M. A. M. ; Machado, F. V. ; Santos, L. C. & Mountian, I., 2010. PUCSP - Silva, A., 2006, Silva, A. & Barboza, R., 2005; USP – Silva, A., 2007ab, 2008, 2011, Silva, A. & Barboza, R., 2009; Silva, A. & D'Addio, T., 2012; UFPb – Camino, L., 2000ab; Camino, L & Pereira, C., 2003.; Gouveia, R. & Camino, L., 2009; Gouveia, R., Melo, I. & Camino, L., 2007; Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L., 2002; Machado, A., 2002. Apenas vale registrar que, ainda que sejam diversos os trabalhos, continuam poucos e com um número reduzido de autores.

analizados pela ótica dos movimentos sociais e ações coletivas, a questão gay tem sido estudada massivamente sob a ótica do preconceito, sexualidade, violência, família, moral pública, saúde e doença mental e, nos últimos dez anos, relacionada à questão da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) (Smigay, 2002, Camino, 2000, Machado, 2002, Gouveia e Camino 2009, Cruz, 2011, Arán, 2011). Assim, no presente artigo, se destacam, a partir da perspectiva teórica da Psicologia dos Movimentos Sociais, os Movimentos LGBT como importante força política de atuação no âmbito urbano, com repercussões significativas em todos os estratos sociais, inclusive no âmbito rural.

No contexto sócio-político brasileiro, os Movimentos LGBT têm demarcado como área de atuação o campo da mudança cultural, com vistas a superar a dialética da exclusão/inclusão social (Sawaia, 1999). Esta ação pró-mudança cultural centra-se não apenas no âmbito dos direitos sociais e na busca de princípios de equivalência dos direitos sociais, mas busca inserir-se na esfera dos direitos humanos e do reconhecimento pluriidentitário e multicultural. Isso implica em desenhar sua ação e discursividade em função de um combate a uma cultura heterossexista cristalizada, entre outras coisas (Santos, 2004; Silva, 2005, 2006, 2007a, 2008).

Pretende-se tratar do processo de construção da luta política. Isso implica tecer reflexões sobre aspectos memoriais da luta e da ação política de sujeitos que se constroem politicamente. Essa construção ancora-se em processos psicossociais que conduzem a uma verdadeira *revolução da vida cotidiana* (Heller, 1998). Deseja-se refletir acerca da construção social da homossexualidade, a partir do surgimento das Paradas do Orgulho LGBT e dos desafios que essa população encontra no âmbito das políticas públicas. Portanto, buscam-se alguns elementos da história da homossexualidade para localizar, brevemente, o (a) leitor (a) no campo histórico das manifestações do orgulho LGBT.

Assim, é importante recordar que “a história da homossexualidade não faz parte da história dos vencedores e sim da história daqueles que se consideram derrotados, daqueles que foram privados do direito a construir sua própria memória, social, coletiva e política” (Silva, 2006:1). A condição de *história marginal* impõe a necessidade de contribuir à emergência e à construção de uma memória política da homossexualidade (Silva, 2007). A manutenção da condição marginal à qual é relegada a construção do sujeito homossexual constitui um importante instrumento para a produção de múltiplas formas de homofobia, que atuam como elementos psicopolíticos de dominação-exploração (Silva, 2007a, 2012).

O propósito do artigo é possibilitar um espaço de superação do *esquecimento*, a partir do resgate da história e da memória<sup>3</sup> dos indivíduos que foram considerados vencidos, (Pollak, 1989) por não integrar a memória e a história oficial – a partir da reflexão acerca das Paradas do Orgulho LGBT enquanto instrumentos de visibilidade e ação coletiva dos movimentos sociais LGBT. Busca-se recordar, ainda, que “a memória histórica (...) foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação” (Decca, 1992:133). Pensar sobre a memória e as lutas políticas que têm se desdobrado em determinadas ações por parte do Estado brasileiro é abrir espaço no pensar sobre políticas públicas para a inclusão social.

### A memória e o poder da norma como instrumento de controle das diferenças

Na vida cotidiana (Heller, 1998; Silva, 2007), indivíduos que não compartilham a orientação de seu desejo segundo a norma heteroerótica dominante nunca tiveram direito a um lugar digno na história oficial. Tais indivíduos foram relegados ao papel de atores secundários, pois desviavam, distorciam ou mesmo maculavam a história e a memória da humanidade – sendo-lhes sempre imposta alguma forma policialesca de controle social (Rancière, 1996) baseada no silêncio e na dissimulação. Sem a possibilidade de construir espaço sob a luz do sol, estavam obrigados a *existir* num lugar de coadjuvância perversa e oculta – construindo *memórias subterrâneas* (Pollak, 1989), mas sempre buscando espaços de emergência, pois não estão plenamente tutelados e buscam mecanismos de visibilização e superação da dialética da dominação-exploração a que se encontram submetidos (Saffioti, 1987).

Os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros têm assumido, ao longo da história, o duro papel de criar espaços de emergência que decorrem da luta política com atores que controlam a memória oficial – propondo mesmo uma contra-memória oficial ao disputar significados do passado e confrontar-se com aqueles que detêm o poder, de forma a adquirir o direito de construir publicamente sua memória coletiva e sua *existência*.

<sup>3</sup> As palavras memória e história evocam o mesmo tempo – o passado –, mas, apesar da matéria-prima comum, memória e história não se confundem. Contemporaneamente, observa-se um emergente *desejo pela memória*, como apontam autores como Pierre Nora (1993) – que identifica como fator determinante de tal desejo de nossa época a problemática da mundialização, na qual se verifica um movimento de alteração do tempo, em que a história é mais dinâmica; um movimento de alteração em que a duração do fato é a duração da notícia e a sensação de hegemonia do efêmero. Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (1990 [1949]), sublinhou a diferença entre as duas palavras, afirmando que a memória coletiva não pode se confundir com a história, pois esta começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não há mais um grupo que lhe dê suporte. A memória é sempre vivida, física ou afetivamente, e a história é escrita e impessoal. Na história, grupos com suas construções desaparecem para ceder lugar a outros, pois a escrita não os registrou. A memória é história viva e vivida e permanece no tempo, renovando-se, resignificando-se, construindo-se como um mosaico. A história viva é, portanto, o lugar da permanência e a memória é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que habitam na sociedade profunda e na sensibilidade que permite o encontro do passado e do futuro no tempo presente (Halbwachs, 1990:67-8).

Na luta política, se estabelece um confronto entre distintas memórias antagônicas e diferentes versões do passado, abrindo frestas no oficialismo e fortalecendo atividades de resistência e de reconstrução imagética. Como aponta Soraia Ansara (2008), a “memória política é uma verdadeira luta contra o esquecimento”, assim como é uma luta pela visibilidade na história dos indivíduos que foram esquecidos pela história. Portanto, falar de memória é falar de esquecimento e silenciamento. Como já anteriormente apontado (Silva 2007a:181), a luta implica em admitir “o papel político da memória nas mobilizações coletivas e, sobretudo, no processo de dominação-exploração”; passando-se a admitir a necessidade de enfrentamento das posições normativas impostas aos que ocupam *lugares minoritários* (Silva 2007b). Enfrentar implica na produção de uma nova forma memorial, que não pode ser contida pelo subterrâneo do esquecimento e do silenciamento – uma produção memorial que não é limitada às fronteiras do subterrâneo e à condição de clandestinidade (Pollak, 1989, Silva, 2007a, Vianna e Ramires, 2011) equivale à produção de uma memória política, que fala do silêncio e, portanto, permite rompê-lo. Essa prática é revolucionária e possibilita aos movimentos sociais o enfrentamento dos oficialismos normativos que ocultam e invisibilizam aqueles que são diferentes porque rompem com estratégias de controle social dominantes. O silenciamento sempre foi uma estratégia de controle social poderosa a serviço dos grupos dominantes. É importante recordar que

**“Fazer silêncio diante de quem fala e silenciar a quem fala são estratégias de controle e dominação utilizadas desde tempos imemoriais. Fazer silêncio e silenciar é tornar a fala do outro um mero ruído, é tirar-lhe a palavra que faz com que o sujeito, individual ou coletivo, possa ser reconhecido, que dá visibilidade ao invisível. E essa tática também tem sido executada com relação a toda e qualquer minoria, e com o coletivo LGBT desde sempre. Na verdade, poder-se-ia dizer que há como que um complô do silêncio que evita o contato com os seres anormais dignos de tolerância, que produz uma espécie de apartheid social presente na sociedade” (Silva, 2007:181-82).**

É o caso de homens e mulheres homossexuais que decidem visibilizar sua condição, é o caso dos movimentos LGBT, que encontram-se decididos a visibilizar sua vida privada como uma *estratégia política* no sentido proposto por Jacques Rancière (1996). Segundo Rancière (1996), política “É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (Rancière, 1996:368). A oposição pública põe em cheque a hegemonia das normas de silenciamento utilizadas para conter essa população.

Rancière propõe que qualquer visão cristalizada ou naturalizada da realidade social nesta perspectiva não se faz possível, pois interesses antagônicos presentes nas múltiplas visões de mundo que conformam as oposições entre sujeitos e grupos produzem uma verdadeira “ruptura no processo de passagem de uma lógica de dominação à outra” (Rancière, 1996:371). Por esse motivo,

“Superar a barreira do silêncio e trazer as memórias subterrâneas à luz significa superar as barreiras do espaço público; significa visibilizar-se e se fazer visibilizar; significa fazer do proibido, do clandestino, objeto de debate e de disputa entre aqueles que disseram que elas eram vergonhosas e por isso deveriam ser exiladas e aqueles que emergem da dor de seus exílios” (Silva, 2007:184-85).

Tal disputa encontra eco na visão aristotélica de política que vê no homem<sup>4</sup> um animal político por excelência (Aristóteles, 2006), que lhe permite diferenciar-se de outros animais. O homem teria esse status por ser o único entre os animais a possuir a razão e a palavra, ou *logos*. No entanto, palavra e voz não constituem sinônimos. Animais emitem sons que não são palavras, pois a palavra não é a simples emissão de sons. A palavra, ou *logos*, transcende a simples sonoridade. Desta feita, a palavra é o que faz com que o homem possa manifestar-se, que lhe faculta a capacidade de produzir sentidos e permite manifestar o que seja, o que possa ser benéfico ou mesmo prejudicial, justo e injusto, belo, apetecível, comum ou mesmo revolucionário. A palavra é o que permite ao ser humano participar do *mundo do político*, disputar sentidos, construir e atribuir lugares.

O mundo do político está reservado aos seres falantes, que têm a palavra, que podem falar e, por conseguinte, fazem-se ouvir. Fazer-se ouvir é um ato contínuo de luta e resistência. Quem foi e é silenciado perde sua condição de falante e reduz sua ação à mera emissão de ruídos, ou seja, não pode se fazer ouvir e está contido, controlado ou mesmo assimilado. No caso de minorias ou majorias oprimidas – como os coletivos que compõem os universos LGBT, as mulheres, os negros etc. –, as elites dominantes garantiram a construção de uma memória e uma história oficial à sua imagem e semelhança: masculina, branca, eurocêntrica, rica e heteronormativa (para citar apenas alguns qualificativos possíveis da dialética da dominação-exploração), mediante a *ação-polícia*, por meio da negação da palavra, do *logos*, negação que invisibiliza e impede o acesso à agenda pública – uma agenda na qual só pode escrever e inscrever-se quem é visível e reconhecido.

Assim, está dada a existência de dois mundos: um no qual o exercício da palavra atribui ao sujeito dignidade, direito e, portanto, visibilidade e outro no qual a negação à palavra nega a dignidade e o direito, condenando os sujeitos não-falantes à invisibilidade e ao esquecimento do *subterrâneo* (Pollak, 1989), assim como à oficiosidade controlada e contida. No segundo mundo, é possível somente emitir ruídos próprios de animais não-políticos e, por isso, inferiores, domináveis e dominados.

Conforme anteriormente apontado, os subterrâneos e as memórias aprisionadas em seu interior buscam espaços de emergência. Os sujeitos que não têm a palavra não são incapazes de falar, mas têm sua capacidade contida na relação de dominação-exploração que governa a sociedade patriarcal e

<sup>4</sup> Utilizou-se a palavra homem e não da mulher, ser que estaria potencialmente desfavorecido a cumprir a plenitude do ato. Na seqüência, muda-se o termo para gênero humano por entendê-lo como inclusivo do masculino e do feminino.

heterossexista, que impõe a esses sujeitos suas condições inegociáveis, indiferenciáveis e detentoras de uma impossibilidade de constituir-se como um outro distinto daquele que impõe a si e o seu mundo. A quem nada tem em comum com a realidade imposta, parece restar somente a adaptação mediante a invisibilidade e/ou ocultamento em espaços subterrâneos – a *paz* do silêncio.

No entanto, não lhes resta somente a ilusória possibilidade de obter a condição de seres capazes de utilizar o *logos*. Antes, sua condição de seres falantes lhes possibilita a efetiva condição de lutar, forçando a aparente intransponibilidade da ausência de espaço pelo rompimento da barreira do silêncio sufocante que a massa supostamente homogênea procura impor-lhes. Nesta situação de tensão, emergem antagonismos que impedem o consenso e denunciam a dialética perversa da dominação-exploração, que nega a igualdade existente entre seres falantes, pois é entendida como dissenso, ou seja, como “uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (Rancière, 1996:372).

É exatamente o dissenso que denuncia a desigualdade entre iguais, permitindo àqueles (as) que estão sob o jugo de outrem construir sua esfera pública. O dissenso não se reduz a um simples “conflito de pontos de vista, nem mesmo um conflito de reconhecimento” (Rancière, 1996:374). Na verdade, o dissenso é “um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para serem ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados (...). Cumpre, portanto, fazer com que seja visto, e que seja visto como correlato do outro” (Rancière, 1996:374).

Ser ouvido é o desejo de todos aqueles (as) que não tiveram o direito de acesso à palavra. Ser ouvido é o que faz possibilita a visibilidade àqueles (as) que não tiveram direito a ter suas próprias memórias social, coletiva e política publicizadas. Uma trajetória que permite ver múltiplas tentativas de emergir do subterrâneo, ora mediante a atividade literária, ora mediante a atividade militante – sendo a própria literatura, muitas vezes, espaço de militância e oportunidade de acesso à palavra dos (as) sem-palavra. Assim, mediante o dissenso, criar uma cena pública na qual é possível visibilizar a existência de dois (ou mais) mundos até então separados pela lógica da dominação-exploração de cunho patriarcal e heterossexista, ajuda a provocar o conflito pela emergência de antagonismos, possibilitando a superação da velha dialética e a construção de uma nova, na qual as relações sejam marcadas pela equidade, reciprocidade e equivalência, onde a diferença não estará mais associada à igualdade, mas à identidade (Silva, 1999).

Todavia, a mudança no jogo só é possível caso as minorias e as majorias oprimidas se façam ouvir, ver e entender, ou seja, se façam visíveis. E fazer-se ver, ouvir e entender equivale a dizer que é necessário desestruturar o estabelecido e isso se faz pela ação política que se manifesta mediante o

dissenso, que visibiliza os sujeitos até aquele momento *sem palavra*. As memórias aprisionadas nos múltiplos subterrâneos emergem através da ruptura da vida cotidiana (Heller, 2001), provocada pelo dissenso e pela formação de uma consciência política complexa, que se torna paulatinamente capaz de capturar instrumentos de controle e ruptura social, como é o caso das políticas públicas (Sandoval, 1994; Silva, 2006).

### A construção social da homossexualidade

Convém recordar que a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX (Guasch, 2000; Silva, 20006, 2008) e que, antes da *invenção da homossexualidade*, as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia – sendo uma atividade indesejável e pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir. Somente a partir da segunda metade século XIX, a prática passou a definir um tipo especial de sujeito, que viria a ser marcado e reconhecido sob a designação de *homossexual*, categorizado e nomeado como desvio da *norma* (Herrero-Brasas, 2001). Este novo sujeito viu-se forçado, socialmente, a viver em segredo sua vida sexual e afetiva, *abrindo mão* de sua memória; ou, ao vê-la publicizada, a suportar as dores da segregação social – um lugar verdadeiramente incômodo para permanecer –, obrigado a submeter-se ao ultraje e à humilhação estabelecidos na memória e na história oficial, que lhe tiravam a palavra dignificadora e emancipadora.

Apesar dos graves riscos que eram, efetivamente, incorridos ao assumir o desejo por alguém do mesmo sexo, já no século XIX, alguns poucos homens e mulheres decidiram enfrentar a violência e a rejeição social ao fazê-lo. Desta forma, iniciaram-se diversas tentativas de reescrever essas memórias e histórias mediante a publicização dos antagonismos que decorriam da tomada da palavra por aqueles que dela eram destituídos. Assim, o processo de reescrever as memórias daqueles que foram reprimidos e emudecidos é um dos motivos que conduziu os (as) inúmeros (as) militantes, desde a Alemanha de 1860 até os dias atuais, à exposição para publicizar o impúblicável (Silva, 2006).

Reconstruir a cidadania é uma tarefa política, psicológica, cultural e social. Não se pode pensar em acesso pleno ao direito se há negação ao direito à memória e à história. Não há como resgatar a dignidade humana enquanto a experiência afetiva e sexual perder seu domínio privado. Mais que isso: se perder seu domínio íntimo e for controlada desde outra experiência que não aquela que lhe dá sentido. Portanto, construir a memória e escrever a história daqueles que foram postos à margem, obrigados a viver vidas que não eram as suas para poder sobreviver à opressão normativa, se faz mister no processo de construção psicopolítica da cidadania. Estes homens e estas mulheres que se fizeram

visíveis deram início ao movimento de contestação de uma sexualidade heteronormativa obrigatória (Rich, 2001), caracteristicamente míope e socialmente legitimada; tais indivíduos se contrapuseram ao estabelecido e escreveram as páginas de uma contra-memória e de uma contra-história que emergia do subterrâneo do esquecimento proposital.

São indivíduos que diariamente se arriscam a enfrentar as práticas sociais homófobas e preconceituosas – baseadas na incapacidade de acolher a diferença – e a viver fora dos limites impostos pela ciência, justiça, igrejas e grupos conservadores (Silva, 2007; Nahra, 2007). Portanto, a homossexualidade torna-se discursivamente produzida e, como tal, apresenta-se como questão social relevante a ser investigada além dos limites do ponto de vista médico, criminal ou moral, abarcando o ponto de vista psicossocial e psicopolítico da diferença que produz múltiplas identidades, sendo que nenhuma é obrigatória.

No princípio, a homossexualidade surge como temática eminentemente moral. Como aponta Guacira Lopes Louro (2001:542), “Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distintivo”. Tal distinção não é feita no plano do reconhecimento honroso e dignificante, mas a partir da desonra e da vergonha, da proibição e da punição; sendo construída a partir da condenação ao ostracismo, no qual não se tem direito à inclusão nem perante Deus – porque é *pecado amar* –, nem perante os homens – porque não se pode sufragar o que não está de acordo com a norma.

Como já vaticinou a igreja, os e as homossexuais devem ser acolhidos (as) no seio da santa mãe igreja desde que se mantenham castos e assexuados, abrindo mão de seu legítimo direito à felicidade e à sua própria memória. E o Estado laico, eivado por um pensamento moral, faz o mesmo, embora travestindo seus argumentos com um discurso médico-jurídico que cria a figura de um cidadão de deveres destituído de direitos, que necessita ser regulado de modo a não degenerar a sociedade. Convém lembrar que a formação da condição homossexual nos discursos da medicina e da psicologia aparece de forma a naturalizar o (a) homossexual, de modo à invisibilizar toda e qualquer produção social da sexualidade homoeroticamente orientada (Silva, 2008).

No século XIX, o homossexual era visto como invertido – alguém que, ainda que estivesse patologicamente comprometido, de modo a ser encarado como uma aberração, seria passível de cura. Desde o final do século XIX e até o século XX, principalmente depois de 1960, as *subculturas* homossexuais nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa lutaram por direitos plenos e, retomando o discurso médico, reivindicavam uma essência homossexual não-patológica – uma visão que pode ser vista no decorrer da construção e consolidação dos diversos movimentos de homossexuais masculinos e

femininos. Ainda hoje, é uma das concepções mais consolidadas no interior dos múltiplos movimentos que compõem a rede LGBT (Silva, 2008).

Ainda que a luta de pessoas de orientação homoafetiva tenha iniciado há mais de 100 anos atrás na Alemanha (1860), o estado de opressão segue vivo<sup>5</sup>. Embora o conjunto de esforços empreendidos pelos movimentos LGBT organizados tenham gerado visibilidade pela tomada da palavra, a homofobia ainda segue como um dos principais empecilhos à superação das desigualdades resultantes da discordância na orientação sexual de um sujeito. Mesmo reunindo de maneira mais eficaz que os sindicatos e outros segmentos da sociedade civil um contingente superior a 5 milhões de brasileiros e brasileiras nas diversas marchas ocorridas anualmente no Brasil, a população homoeroticamente orientada ainda assemelha-se a *animais* emitindo ruídos – mais fortes e mais perturbadores, mas, ainda assim, somente ruídos.

A reconstrução da memória política e coletiva dos movimentos LGBT constitui a chave para a conversão dos ruídos em *logos*, de forma que os desejos de equidade e reciprocidade se tornem materiais e transformem a sociedade.

É indubitável que a atuação política dos coletivos LGBT tem aberto caminhos à mudança social, mediante uma árdua luta política a partir da qual poderão superar os não-lugares a que estão relegados por serem destituídos da palavra. Espera-se que homens e mulheres homoeroticamente orientados serão capazes de construir para si e para o mundo uma nova cidadania inclusiva e verdadeiramente multicultural. Porém, isso faz parte da utopia que move a luta para construção desta nova sociedade, na qual não existam mais proibições legais – diretas ou indiretas – contra os chamados *atos homossexuais*.

Nesse cenário, as paradas do orgulho LGBT superam o mito da *festa despolitizada* e se mostram como um caldeirão multicultural que converte a festa em uma **f(r)esta**, que permite a emergência de uma nova cena política e um novo modo de se fazer política.

### Consciência e participação política: as bases psicopolíticas do trabalho militante

A reflexão sobre a estrutura e os processos sociais que permeiam a militância LGBT no Brasil é intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, tendo em vista que constituem grandes forças políticas e forças de mobilização social em prol de mudanças sociais significativas, as quais podem ser percebidas em todas as áreas da vida humana (Stompka, 1999). As paradas do orgulho LGBT têm se mostrado

<sup>5</sup> Do ponto de vista historiográfico, muitas vezes, se costuma ler e ouvir que as bases do movimento homossexual estão nos eventos de *Stonewall* (1969), o que é parcialmente verdadeiro se admitirmos que, após esses acontecimentos, surgirá um novo tipo de ativismo homossexual. Todavia, as raízes dos movimentos de liberação de gays e lésbicas se encontram um tanto mais distante do confronto policial ocorrido nos Estados Unidos da América em 28 de junho de 1969, pois remontam à Alemanha do século XIX (Silva, 2008).

como uma face bastante eficaz na visibilização das agendas dos movimentos e um espaço potencial de captação de ativistas, além de produção e reconfiguração de consciências em prol da participação na luta política pelo reconhecimento da diversidade como valor estruturante da vida cotidiana (Silva, 2008). Um exemplo pode ser observado na seguinte fala<sup>6</sup>:

**“Nesses anos todos que eu passei a militar o que mudou foi minha consciência. Eu mudei porque não penso só em mim. Me preocupo com o grupo. Acho que minha consciência hoje é mais coletiva, é mais política... não sei acho que é uma consciência política coletiva porque quero um mundo melhor pra todos e não só pra mim como era antes de militar. Vim um dia ver a parada e não consegui ficar ‘parado’(risos). Decidi me juntar à multidão e participar de verdade militando por todos e também por mim. Isso mudou minha vida e a vida de quem vive todo dia comigo”** (Davi, 23 anos, militante há 5 anos).

Em pesquisa de campo para produção da tese de doutorado, chamou a atenção o fascínio das pessoas que, por alguns instantes, se propunham a fazer algo mais do que somente ir à parada. É sabido que esses desejos nem sempre se convertem em atitude concreta, como no caso de Davi e de outros poucos que procuram atuar para que a parada se concretize como a *manifesta* colorida que é. Manifesta implica em manifestação política e festiva, um momento de ruptura da *economia política do armário*, como apontou Villiaamil (2004), ou uma f(r)esta decisiva na vida de pessoas que se permitem viver na multidão, *publicamente ocultas*, minutos preciosos em cotidianos eternamente privados da liberdade da vivência da orientação sexual.

As Paradas LGBT constituem estratégia política de ação que tem sido cada vez mais coordenada no plano nacional, a partir de tomadas de decisão coletivas em fóruns diversos, como a própria ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), – decisões coletivas que refletem aspectos privados da vida dos e das manifestantes que permanentemente denunciam a discriminação e a homofobia.

Ao contrário da situação em países como os EUA, no Brasil, nunca houve leis que reprimissem oficialmente a prática homossexual (D’Emilio, 1983; Silva, 2006). No entanto, o Brasil é um dos países que mais perseguem e matam homossexuais, segundo as estatísticas existentes (Mott, 2006). As próprias famílias buscam abafar processos policiais, envergonhadas de expor a homossexualidade de seus parentes assassinados e a si próprias. A dimensão do estigma (Goffmann, 1973) transformou o homossexual numa espécie de *leproso moral*. Quem sabe, talvez tenha sido por este motivo que, no Brasil, o início do ativismo gay ocorreu apenas no final da década de setenta, já no período em que a ditadura militar começava a dar seus primeiros sinais de debilidade e iniciava o processo de abertura democrática. Em 1978, a fundação do grupo *Somos*, em São Paulo, e do jornal *Lampião*, no Rio de

<sup>6</sup> Os trechos aqui utilizados em entrevistas são de entrevistas com lideranças realizadas entre 2006 e 2008 para nossa pesquisa doutoral. **Memória, Consciência e Política; Públicas; as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas; Alessandro Soares da Silva**

Janeiro, marcam o início das primeiras ações organizadas pelos que constituiriam os movimentos lesbígays no Brasil. Ainda assim, restringiam-se às populações de classe média em poucos grupos existentes nos anos oitenta (Silva, 2006, 2008; Trevisan, 2004; Green, 2003).

A consciência política pertence ao indivíduo, não ao grupo ou coletivo, pois as ações coletivas dependem da adesão de um sujeito particular, não de sujeitos coletivos. Mas o que chama a atenção é como, de modo recorrente, as pessoas que participam da *manifesta* do orgulho LGBT falam de uma consciência coletiva, consciência política coletiva, consciência de grupo, consciência gay ou mesmo consciência política vinculada à idéia de *grupalidade*. Ao mesmo tempo em que se fala dessa consciência, se destacam eventos passados para justificar a parada, a necessidade dessa consciência coletiva e a atividade militante. Nesse sentido, a relação entre memória e consciência torna-se clara, assim como torna-se claro o processo pelo qual essa relação permite a configuração de consciências que tendem ao trabalho militante. Acontecimentos passados e datas memoriais (positivas ou negativas) são ressignificadas no espaço cotidiano e permitem a releitura do lugar do sujeito no mundo e nos grupos sociais em que está inserido. Nesse processo são criadas oportunidades reais de adesão e participação política (Silva, 2006), o que conduz à reflexão da possibilidade de considerar que um sujeito coletivo também é *consciente* e essa tal consciência seria exatamente a consciência coletiva derivada de relações baseadas nas dimensões da crença e valores sociais, identidade coletiva, identificação de adversários e sentimentos antagônicos, sentimentos de injustiça e eficácia política e vontade de agir coletivamente para alcançar as metas coletivas. Essas dimensões (Silva 2001, 2005, 2006, 2008) articuladas propiciam configurações diversas, que permitem a construção de espaços de ruptura no cotidiano. Estes espaços permitem a sujeitos não reduzir sua ação apenas a um movimento interior, mas lhes permitiriam aderir e atuar como sujeito coletivo, segundo alguns ditames que apontam para um funcionamento coletivo e para o substrato de uma *consciência política coletiva* denotada em atitudes e ações coletivas articuladas no trabalho militante (Silva, 2001, 2006, 2008).

### Paradas do Orgulho LGBT: as *manifestas* políticas

Como falar de memória conduz não poucas vezes a falar de lugares e datas memoriais, parece que no caso dos movimentos LGBT também não é diferente. A mais emblemática data memorial no campo dos movimentos LGBT refere-se aos *distúrbios de Stonewall* ocorridos na cidade de Nova Iorque em 28 de junho de 1969 – data e eventos que marcam um terceiro momento da fase moderna dos

movimentos LGBT<sup>7</sup>. Os acontecimentos de Stonewall deram início a uma nova fase do movimento lesbigay marcada por uma transformação política tanto no que se refere às estratégias e pautas do movimento quanto em relação ao seu conteúdo ideológico. Segundo o historiador Juan A. Herrero Brasas, “os acontecimentos que tem lugar em Nova Iorque em junho de 1969, (...) supõem um ponto crítico de mudança na história do movimento de libertação gay, o qual entraria em sua fase atual” (Herrero Brasas, 2001:264)<sup>8</sup>. Este mesmo autor afirma que os fatos ocorridos naquela ocasião deram

**“uma volta radical na história do mundo gay e, na continuação, afetaria a história do mundo moderno em geral, ao dar lugar à configuração social e política de uma minoria que exerce uma influência cada vez maior sobre as instituições e a cultura. O conceito de libertação e o sentido da própria dignidade de inumeráveis pessoas em todo o mundo se veriam afetados decisivamente por aqueles acontecimentos”** (Herrero Brasas, 2001:280).

Certamente, a afirmação pode ser deveras polémica e discutível. Entretanto, não se pode deixar de admitir que os acontecimentos daquela noite de verão de 1969 realmente transformaram o mapa político da comunidade gay e lésbica. A partir de então, se pode observar o empoderamento e a conscientização por diversas vias de um importante coletivo até então oprimido e acuado.

Uma das pautas das organizações *lesbigays* estadunidenses era a *supressão das operações encobertas da polícia* com o fim de amealhar a homens e mulheres com comportamento afetivo discordante daquele imposto pela *ditadura heterocêntrica*, que serviam, na verdade, muito mais para arrecadar dinheiro sujo do que para garantir a pureza moral da sociedade estadunidense. Em uma destas operações encobertas os acontecimentos que marcaram um novo momento dos movimentos de gays e lésbicas ocorreram. Nesta data, a polícia novaiorquina realizou uma dessas *inesperadas visitas* a um bar da região conhecida como *Village*, chamado *Stonewall Inn*. Esta visita pode ser considerada realmente inesperada, dado que o pagamento de suborno por parte de proprietários deste tipo de estabelecimento à polícia já era um *hábito institucional* estabelecido desde os anos trinta, assim, havia uma espécie de data pré-estabelecida para efetuar os *acertos*. Naqueles anos, muitos dos bares de ambiente eram controlados pela máfia policial – era o caso de Stonewall que, desde sua abertura em 1966, pagava regularmente dois mil dólares semanais, cobrados por policiais corruptos. Em troca desta exorbitante quantia em dinheiro à época, eram avisados de antemão quanto à data e horário das *blitz* policiais.

<sup>7</sup> Os movimentos LGBTs podem ser divididos em, pelo menos, três fases bem claras: a primeira está circunscrita aos grupos e lutas desenvolvidas na Alemanha do século XIX, mais precisamente em Hanover; a segunda refere-se à fase americana dos movimentos homófilos estadunidenses entre os anos de 1924 e 1969 e a terceira inicia-se a partir dos acontecimentos de Stonewall em 28 de junho de 1969. Para mais detalhes, consultar Silva (2006).

<sup>8</sup> As citações foram vertidas à língua portuguesa pelo autor, pois encontram-se originalmente em castelhano.

Em 28 de junho de 1969, isso não ocorreu. Não se sabe bem o motivo – se porque ainda não havia sido paga a quantia combinada naquela semana, ou porque essa seria uma maneira de forçar os donos do bar a pagar um valor ainda maior, ou, ainda, porque essa *blitz* originou-se de alguma ordem inesperada e, por isso, inevitável. Mas, ainda que não se saiba com certeza como se deram, em realidade, os fatos daquela noite, costuma-se aceitar a versão de que, após a entrada dos policiais no bar e realização de algumas detenções, uma lésbica fora agredida por um policial na cabeça e, ao ser contida pela polícia, teria incitado à rebelião os demais detidos que se encontravam na viatura policial, de forma a romperem com a passividade à qual se submetiam, habitualmente, à violência policial (D'Emilio, 1983; Herrero Brasas, 2001; Engel, 2001).

Sendo esse ou não o evento detonador da *raivosa* rebelião de gays e lésbicas iniciada naquela noite em *Stonewall*, fato é que não se reduziu a um evento isolado. Em pouco tempo, centenas de pessoas cercaram a polícia, que dava continuidade à ação, e, aos gritos, uma travesti dizia '*Já lhes deram o dinheiro, mas aqui tem um pouco mais!*'; enquanto a multidão acompanhava nos gritos e jogando moedas. Com isso, a situação de confronto se intensificou. Uma das viaturas policiais presentes no local logrou sair, levando em seu interior alguns detidos, enquanto os demais policiais se refugiaram no interior do bar. Neste momento, alguns dos presentes arrancaram um parquímetro para usá-lo como aríete contra a porta do bar, de forma a aceder aos policiais entrincheirados, que resistiram em um primeiro instante com uma mangueira de combate a incêndios e, na seqüência, com suas armas.

Em seqüência, chegou uma unidade antidistúrbios, frente à qual a multidão continuou rebelando-se e atacando furiosamente até quatro horas da madrugada, quando se produziu uma provisória e relativa calma – provisória pois, nas noites que se seguiriam até 02 de julho, cerca de 2.000 homens e mulheres se enfrentariam com outros cerca de 400 policiais. Nestes enfrentamentos que se seguiram ao dia 28 de junho, a multidão ateou fogo em contêineres de lixo e lançou mão de pedras, tijolos e barricadas como instrumentos de enfrentamento e resistência às forças policiais (Silva, 2006, 2008).

Apesar da violência e força mítica destes acontecimentos para o coletivo LGBT, muitos indivíduos nos Estados Unidos e no mundo nunca ouviram falar destes atos ou têm uma idéia distorcida do que realmente aconteceu – ainda que reconheçam que, seja lá o tenha acontecido, foi muito importante para todos. Os eventos transformaram-se em símbolos memoriais aos quais se atribui um valor fundacional dos movimentos LGBT e que estruturam, a partir de sua permanente resignificação, a luta política das diversas gerações militantes e não-militantes que se seguiram aos fatos propriamente ditos. Em torno dos eventos de *Stonewall*, houve e há um trabalho memorial e uma permanente atividade que produz tensões psicopolíticas e disputas quanto ao seu sentido, ao mesmo tempo em que organiza e atua como elemento gregário. A converter-se *Stonewall* nesse elemento gregário percebe-se que a

diferença passa a ser vista como valor de dimensões multiculturais e como possibilidade orientadora de projetos e ações que permitem ao passado e ao presente marcarem um encontro necessário no espaço futuro.

No que se refere à divulgação dos fatos, o que a imprensa veiculou foi somente a *versão policial* de que os distúrbios que se produziram naqueles dias ocorreram porque a polícia buscava garantir a ordem. Esta versão também fora temperada com a idéia de que a origem dos distúrbios fora uma *blitz* moralizante em um *ninho de bichas* ou uma espécie de *ataque de loucas*.

Ao analisar estes eventos, Herrero Brasas escreve:

“A extraordinária explosão de energia produzida pela sublevação de Stonewall, a sensação de haver conquistado uma parcela de dignidade, a nova sensação de poder, a comprovação de que era possível a ação coletiva de gays e lésbicas para lutar contra a opressão foram alguns dos fatores que se combinaram para dar lugar, praticamente da noite para o dia, ao novo movimento de liberação gay. Era um movimento em que não reconhecia na Matachine, SIR, nas filhas de Bilitis ou no NACHO nenhum antecedente. O ‘orgulho gay’ se converteu na consigna.” (Herrero Brasas, 2001:281-82)<sup>9</sup>.

Esta novidade que renovava o estagnado ‘movimento gay’ (ou então também chamado ‘movimento homossexual’) pode ser vista nas mais de 500 *Frentes de Liberação Homossexual* surgidas nos três anos que seguiram aos distúrbios de Stonewall. Curioso é que estas frentes tinham uma clara orientação radical e um quase absoluto desconhecimento das demais organizações surgidas nas décadas anteriores a Stonewall. Concomitantemente ao surgimento deste novo movimento marcado pelo radicalismo discursivo e militante, embasado nas idéias de identidade e diferença, de características antiassimilacionistas e cheios de utopia, que não reconheciam os grupos homófilos assimilacionistas que se constituíram antes de Stonewall, inicia-se uma fase na qual a luta por direitos e a efetiva normalização da sexualidade discordante passam a ser a marca política das agremiações *lesbigays*.

A partir de então, a ação dos movimentos pós-Stonewall seria marcada por dois tipos de *posturas*, uma delas mais radical chamada de ‘*radicalismo inclusivista*’ compreendia que a luta de gays e lésbicas estaria indissociada de outras lutas de liberação e que se pautava politicamente à esquerda, sendo a formação da consciência política (Sandoval, 2001; Silva, 2005, 2006) pelo coletivo o ponto chave. Por isso, pode-se entender porque motivo também será para parte desse novo ativismo importante opor-se e lutar contra posturas hedonistas e individualistas as quais poderiam conduzir os sujeitos individuais e os movimentos LGBT à autodestruição (Herrero Brasas, 2001:282-83). Já a outra forma de militância surge um pouco depois antagonizando com a primeira. Em 1972, emerge a militância

<sup>9</sup> Esses movimentos se organizaram entre 1964 e os acontecimentos de Stonewall, tempo em que já não tinham mais força social e política entre os grupos LGBT. Sobre esses movimentos nos Estados Unidos da América, ver Silva (2006, 2008).

que se denomina ‘*radicalismo exclusivista*’ e que traçará outra linha de relação com questões que não sejam a questão gay. Em relação a esta outra perspectiva, Herrero Brasas escreve:

“Para o radicalismo exclusivista, implicações com causas políticas e sociais que não sejam a liberação gay fica à livre opção do indivíduo. Desde esta perspectiva, o objetivo das organizações gays é exclusivamente promover o orgulho gay (frente à tradicional vergonha e humilhação), definir a identidade e cultivar o separatismo (para permitir a existência de um meio transacional em que gays e lésbicas possam acumular poder e responder à opressão), o que dará lugar a uma cultura própria.” (Herrero Brasas, 2001: 286-87).

Assim, o movimento exclusivista, mais centrado nas necessidades internas da própria comunidade, de alguma maneira viria a resgatar algumas das preocupações da *Matachine Society* em sua primeira fase (Silva, 2008). Estes novos modelos de ativismo perduram até nossos dias entre muitos militantes e organizações. Todavia, este segundo modelo destacou-se muito entre os coletivos LGBT e construirá sua pauta de ação a partir do fortalecimento da autoestima, a partir da idéia de *orgulho gay*. Disso decorreu a emergência de estratégias de apoio e o estabelecimento de políticas de visibilidade, entre as quais estaria a chamada a *sair do armário* e a formação de instrumentos midiáticos fortes para divulgar estas pautas como instrumentos de militância e luta. Neste último quesito, a criação de revistas como *Come on!*, em Nova Iorque, e *Gay Sunshine*, em São Francisco, trarão consigo as bases do que mais tarde se denominaria de *Teoria Queer*. Entre as estratégias que mais impactaram na sociedade global, que têm crescido de maneira impressionante nos últimos anos, estão as *Gay Pride* ou mais conhecidas como *Paradas do Orgulho Gay*.

### O Brasil: arco-íris das Paradas do Orgulho LGBT

Foram muitas ações e tentativas de organizar a luta em torno da ‘questão gay’ no Brasil, como bem trabalharam Fray (1982), Green (2003) e Trevisan (2004). Experiências como o jornal *Lampião da Esquina* e o grupo *Somos*, nos anos setenta, foram deveras importantes, como já se tem dito, mas, apesar disso, não foram capazes de superar círculos bastante restritos e intelectualizados. Apenas com o advento da AIDS é que as organizações homossexuais começam a se firmar nos anos oitenta. Com o controle do progresso da pandemia da AIDS no Brasil, afastados os piores prognósticos, parece ter havido as necessárias condições para que as demandas por direitos (humanos) despontassem e possibilitassem novas práticas organizacionais dentro dos movimentos LGTB.

A guinada para um movimento de massas começou em meados da década de noventa, com as Paradas do Orgulho Gay, as quais surgem inspiradas nas experiências estadunidenses como estratégias

coletivas adotadas pelos movimentos LGBT para obter visibilidade política e social. A visibilidade dos coletivos LGBT têm se dado mediante o questionamento da exclusão de milhões de pessoas dos chamados *Direitos Universais*. Por meio de manifestações massivas que têm apresentado crescimento quase geométrico, os coletivos têm logrado visibilizar diversas pautas internas e fazer daquilo que parecia um problema privado uma questão pública de direitos de minorias. Por ocasião das inúmeras marchas e paradas realizadas para celebrar o que se convencionou chamar de *Dia do Orgulho Gay* e que, mais recentemente, se tem chamado de *Dia do Orgulho LGBT*, se tem criado um espaço de tomada do espaço público marcadamente heterossexista (Silva, 2006; Platero, 2007).

As *marchas* no Brasil são manifestações recentes que começaram a ocorrer somente em 1995, por ocasião da celebração do congresso internacional da ILGA (International Lesbian and Gay Association) na cidade do Rio de Janeiro. Na atualidade, disseminaram-se por todo o país, sendo que a marcha organizada pela militância da cidade de São Paulo é a primeira manifestação do orgulho LGBT, assim como a que reúne mais pessoas no mundo. Certamente, a Parada de San Francisco, nos Estados Unidos, ainda é a mais emblemática parada organizada pelos numerosos coletivos que compõem o movimento de liberação homossexual.

Assim, entende-se que as múltiplas manifestações de massa, como a Parada do Orgulho LGBT existentes no país, atuam como um verdadeiro “guarda-chuva” sob o qual se articula uma ampla rede de movimentos sociais diversos entre si, que compartilham muitos objetivos particulares e assumem outros que não demandam. Isso pode ser observado no coletivo lésbico que, desde o surgimento da AIDS, sempre esteve solidário às demandas de gays, atuantes no combate à doença e à discriminação dela derivada.

Entretanto, observa-se a existência de um paradoxo decorrente da natureza deste evento, que causa muita confusão entre militantes de distintas posições políticas: o fato das paradas serem um ato eminentemente político e terem uma estrutura festiva, que, para muitos, desautoriza politicamente, pois muitas pessoas e meios de comunicação as reconhecem muito mais por seu tom carnavalesco do que por sua face reivindicativa.

Essa é uma das dificuldades enfrentadas pelas militâncias, que, muitas vezes, não conseguem atingir as bases de seus movimentos devido aos abismos existentes entre a compreensão de uns e outros, tanto no que se refere às estratégias de luta concebidas pela militância, quanto às demandas pautadas por quem não milita. Exemplo desta questão se pode observar nos discursos (Silva, 2006) de participantes das paradas, que afirmam que o que os atrai “(...) é a festa e a diversão, a possibilidade de sentir-se anônimo e, assim, curtir a festa e a boa música!”, sendo que as questões políticas “(...) não tem nada que ver, é uma bobagem que ninguém presta atenção... Eu não presto a mínima!” (Antonio, 32

anos, economista). A posição de Antonio ilustra bem um paradoxo do movimento: como manter a massa mobilizada e organizada para outras ações? Como captar as milhões de pessoas que participam das diversas paradas que acontecem durante o ano no Brasil e fazer com que esse momento de visibilidade massiva impacte em decisões políticas no campo da ação do Estado?

Em oposição a discursos como este de Antonio, que valoriza a festa – e não a política –, encontramos outro, contrário às estratégias das manifestações públicas politizadas, sejam essas de massa ou não. Nessa linha, é ilustrativa a fala de Marcos: *“Veja só: Se nós temos que fazer marchas por estarmos orgulhosos de sermos gays, creio que todos os demais também teriam de fazer, isto é, os gordos, os deficientes físicos, os feios, os... todos os...(...) para mudar a sociedade eu trabalho muito com minhas atitudes pessoais na minha vida e não com um par de cartazes na mão para celebrar não sei o quê...”* (Marcos, 30 anos, doutorando em educação).

O curioso é que ambos os sujeitos dos exemplos desejam ter amplo acesso a direitos, mas não reconhecem as estratégias, nem se sentem representados. Pode parecer que os atores apresentados não representem a maioria dos participantes das paradas, mas é evidente o hiato existente entre lideranças e demais participantes, tendo em vista que a capacidade de mobilizar esses milhões, por outras razões, como o protesto por um assassinato de algum homossexual ou a participação nos coletivos existentes, é altamente questionável. Ainda assim, é certo que há ação, mesmo que participem das manifestações como o primeiro entrevistado – desde a rua, a festa – ou desde sua janela ou da esquina de sua casa – como o segundo. Ambos acabam por contribuir para que esse fenômeno tenha um alcance macro – maior do que a trajetória da marcha e mais duradouro do que as poucas horas de sua duração. Certamente, naquele contexto, toda a nudez assume, também, um caráter de protesto, assim como toda mirada furtiva. Como se pode perceber, a parada foi e é um elemento em uma teia maior que pressiona por mudanças na estrutura e no pacto social contemporâneo (Silva 2008; Platero, 2007).

Estas entrevistas, e outras não citadas no presente artigo, recordam as clássicas dificuldades enfrentadas pelos movimentos LGBT, quando muitos gays e lésbicas estariam, segundo alguns militantes, mais preocupados com a obtenção do ócio e do prazer sem exposição pessoal, mantendo uma verdadeira cultura apolítica. Isso dificultou demasiadamente a mobilização de homossexuais na realização de suas iniciativas. Muitas vezes, a militância apresenta a compreensão de que não se pode obter uma consciência política *verdadeiramente consciente* se ela estiver voltada apenas para as demandas *pessoais* e *egoístas*, esquecendo-se que existem formas múltiplas de consciência e que nem todas estão comprometidas com o coletivo ou se comprometem com este a partir de outro lugar simbólico ou outra perspectiva de identidade coletiva. Como se pode observar, no processo de

estabelecimento da essência da consciência política (Silva, 2001, 2006), há um inegável conflito de interesses – uma disputa simbólica sobre os elementos memoriais que determinam o mosaico a partir do qual o sujeito se faz consciente e mediante o qual se deveria conduzir ‘mais apropriadamente’ a luta política dos movimentos LGBT.

Essas disputas simbólicas sobre os sentidos da luta, as pautas que mobilizam os e as ativistas, que movimentos grupos e não poucas vezes os opõem, tem raízes na história dos movimentos e de como em cada época e contexto ativistas significam homossexualidade, orientação, natureza, cultura, identidade etc.. A esse respeito já pontuaram diversos autores como Machado (2002), Villaaamil, (2004), Machado e Prado (2005), Silva (2007ab, 2008), Costa, Machado, & Prado (2008). Mesmo não sendo o caso pretendido neste artigo, poder-se traçar paralelos entre as posições mais fechadas, próximas a ideia de gueto e as posições mais integracionistas ou mesmo assimilacionistas tratadas por Silva (2008), Ghuasch (1995, 2000) e outros autores.

De todos os modos, tais sentidos produzidos na história são ressignificados de modo a adquirirem/formarem novos marcos interpretativos ou mesmo a perder outros como bem aponta Ansara (2008) ao discutir conceitualmente a memória política. Disso decorre, por fim, o fato de que o conflito intra e inter grupos seja um fator determinante do processo social na produção dos sentidos. Consensos e dissensos são parte de uma processualidade e, ao mesmo tempo, um dos motores que permitem o dinamismo das relações sociais vividas no interior dos movimentos LGBTs e destes com o conjunto (nada homogêneo) da sociedade hodierna (Moscovici & Doise, 1991).

### Políticas públicas e luta política: o reconhecimento do direito à diferença

No campo das políticas públicas, pretende-se discutir a relação entre as discussões do campo de estudo e as ações coletivas de grupos minoritários, buscando aportar uma reflexão a partir de uma posição hermenêutica – que se denomina *psicopolítica*. Para tanto, o embasamento parte de trabalhos como o de Mirta González-Suarez (2008) e alguns artigos publicados na *Revista Psicología Política*, que têm abordado essa questão de modo mais ou menos direto.

Políticas públicas são disposições oficiais emitidas pelo Estado, que estabelecem os rumos da ação política do Estado frente às necessidades e demandas sociais. Nesse sentido, políticas públicas são ações políticas que estão voltadas à superação das múltiplas formas de vulnerabilidade social, que encontram a força política suficiente para compor o que se conhece por agenda pública. Portanto, políticas públicas compreendem as decisões de governo em diversas áreas que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos (os), pois atos de governo podem produzir efeitos desejados na sociedade ou

mesmo aprofundar as necessidades demandadas, segundo o modo como essas decisões são tomadas e implementadas. Assim, são uma forma de intervenção na sociedade e articulam diferentes sujeitos com interesses e expectativas diversas. Correspondem ao que os governos decidem fazer ou não. Portanto, política pública é o conjunto de ações ou omissões sob a responsabilidade do Estado e se constituem a partir da explicitação e intermediação de interesses sociais organizados em torno dos recursos produzidos socialmente. As políticas públicas não podem deixar de garantir a participação ativa dos atores políticos que não compõem Estados e governos. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil precisam ser mais do que atores periféricos, precisam passar a ocupar o papel de interlocutores privilegiados dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Essa transformação dos processos de produção das políticas públicas que é entendida como uma ocasião privilegiada, e pouco explorada em outras áreas, para que a psicologia política contribua para o campo das políticas públicas. Não poucas vezes, os processos de tomada de decisão são políticos, constituem elementos da gestão pública juntamente com os atos de gerenciamento e encontram-se analisados apenas sob a ótica administrativa ou sob sua face técnica, quando, na verdade, necessitam ser vistos a partir da confluência de elementos subjetivos e objetivos presentes nos fenômenos políticos e na política.

A psicologia política é um campo naturalmente interdisciplinar e representa um espaço fronteiro que tem contribuído para a compreensão do papel de elementos psicológicos, políticos, sociológicos e administrativos na produção de uma dialogia reativa ou proativa, dependendo da capacidade de negociação, apropriação e compreensão das oportunidades políticas produzidas e/ou surgidas à disposição dos atores participantes do processo. Habitualmente, observa-se que o espaço de construção coletiva por parte de atores sociais que ultrapassam as fronteiras do Estado é bastante limitado e apresenta pouca eficácia política. Isso ocorre porque parte dos agentes estatais não reconhecem a legitimidade social de atores externos na atuação em processos deliberativos e na implementação das políticas públicas. Como aponta González-Suárez, é preciso transformar lógicas entranhadas nas relações entre Estado e demais atores políticos, sendo destacados pela autora os seguintes pontos:

**“A crença de que as ações devem provir desde o Estado, sem a participação dos grupos interessados; Falta de representatividade dos grupos menos privilegiados nos setores de poder donde se definem prioridades e se distribuem os recursos públicos; Restrição de dados para que as organizações participem com pleno conhecimento na priorização, desenho e controle da implementação e avaliação (...) Predomínio dos interesses de eficiência econômica ao omitir a justiça social e os direitos humanos” (González-Suárez, 2008:214).**

Processos deslegitimados no interior de Estados e governos tornam forçosamente imperativa a pressão social de agentes da sociedade civil aproximando-se da violência em certas ocasiões, sem tornar-se *irracional* – condição deslegitimadora atribuída a movimentos e ações coletivas, que contém um viés bastante perigoso e ideologizado. O reconhecimento social e a legitimidade social que advêm do processo de reconhecimento são os elementos em jogo. As políticas de inviabilização, que são sistematicamente utilizadas em muitos Estados e governos, resultam em relações de poder delicadas e marcadas por inúmeros antagonismos, os quais forçam os atores sociais a atuar de modo a quebrar as barreiras psicopolíticas que lhes impedem de se autoneojar e serem reconhecidos como atores legítimos com demandas legítimas. Tais demandas ultrapassam as fronteiras do privado e assumem um caráter público, obrigando o Estado não só a reconhecê-las, mas também a assumir seu papel de mediador e interventor no processo de superação das desigualdades que estão presentes nesse rol de elementos demandados.

Como recorda González-Suárez (2008:215), se, por um lado, “Quando transcendemos o nível individual e desejamos mudar aspectos mais amplos é importante unir-se a outras pessoas com interesses semelhantes para lograr mais força e acelerar a chegada à meta”; por outro lado, “Os Estados têm os recursos para lograr estas mudanças a partir do convencimento que logre sobre suas instâncias e influi notavelmente para que os temas demandados passem a ser parte das políticas públicas”. Políticas públicas são, desta feita, resultados não apenas do desejo de governos e Estados em fazer o bem comum que entendem legítimo e necessário, mas resultado efetivo da luta política e da resistência que grupos em lugares minoritários exercem. Isso é patente quando observa-se a história dos movimentos LGBT (Silva 2007, 2008) e entende-se sua importância estratégica para que seja trazido à luz um conjunto de políticas públicas como o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* e o programa federal *Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual* no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e, nesse segundo mandato, fosse realizada uma *Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (2008), seguindo a lógica das conferências realizadas há tempos no âmbito da saúde e da educação e, mais recentemente, da Juventude e das Mulheres.

Governos estaduais e municipais também realizaram conferências regionais e locais, além de abrir canais de empoderamento político dos coletivos LGBT mais significativos, fato que aponta para um incremento real da capacidade dessa população em atuar afirmativamente e, agora, também do interior de espaços institucionais de poder. Tais programas têm fortalecido os movimentos em âmbito regional e local e incentivado iniciativas regionais e locais. O governo do estado de Minas Gerais, por exemplo,

realizou sua conferência estadual e seu ordenamento seguiu a resolução de 04 de março de 2008, emanada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, na qual se lê:

**“Art. 2º – A I Conferência Estadual GLBT, convocada pela Resolução Estadual 009/08 publicada no Diário Oficial de 04 de março de 2008, terá por objetivos: I - Propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas específicas para o segmento GLBT; II - Propor as diretrizes para a construção dos planos nacional e estadual de promoção da cidadania e direitos humanos de gays, Lésbicas, bissexuais, Travestis e Transexuais; III - Avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia” (Resolução SEDESE Nº 009/08).**

No site da prefeitura de Fortaleza (Estado do Ceará), lê-se uma declaração que reconhece o papel primordial da luta política dos movimentos LGBT e ajuda a entender que a luta política e a resistência constante às inúmeras ações de invisibilização social e intolerável injúria homófoba possibilitaram espaços públicos para a construção de uma nova cidadania, para que ações como as conferências e a criação de diversos tipos de órgãos em nível federal, estadual e municipal se tornassem uma realidade. A notícia do site oficial do município de Fortaleza diz que essas ações foram

**“Fruto de reivindicações do segmento e, concretizada a partir de decreto municipal, a Conferência, realizada pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual e da Secretaria Municipal de Assistência Social, será um espaço de discussão entre poder público e sociedade civil. Na ocasião, demandas do segmento GLBTTT serão discutidas com a perspectiva de definir diretrizes para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à homofobia e a qualquer outra forma de dominação e opressão” (Fortaleza, 2008).**

Conferências como essas foram realizadas por todo o país e funcionaram não só como canais de diálogo entre movimentos sociais e governos, mas, concretamente, apontam para uma nova forma de se pensar o ator responsável pelo processo de formulação, implementação e avaliação de política públicas. Nasce um novo caminho descentrado do Estado, no qual os múltiplos atores do processo são legitimados e reconhecidos, sendo integrados ao processo de construção política das políticas públicas.

As prefeituras municipais, como as de Belo Horizonte (estado de Minas Gerais), Fortaleza e São Paulo (estado de São Paulo), criaram coordenadorias específicas dentro da estrutura administrativa das Secretarias de Direitos Humanos (Belo Horizonte e Fortaleza) e Secretaria de Participação e Parcerias (São Paulo), chamadas Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual.

Exemplos disso podem ser vistos em iniciativas como a do governo do estado de Goiás que, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, criou o *Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT)* mediante o decreto nº. 6.855, de 31 de dezembro de 2008. A importância política de iniciativas como essa pode ser vista no teor do decreto no qual se lê nos artigos 1º e 2º:

“Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT, órgão colegiado, de composição paritária, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, com jurisdição em todo o território goiano, que tem por finalidade formular e propor, bem como fiscalizar, diretrizes para a ação governamental voltada à garantia dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Art. 2º - Compete ao Conselho LGBTT: I - participar da elaboração de parâmetros e critérios para o estabelecimento de prioridades e a implementação de metas que visem assegurar as condições de LGBTT; II - definir e desenvolver mecanismos e instrumentos para a participação e controle social sobre as políticas públicas para a população LGBTT; III - acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das ações e dos serviços relacionados ao atendimento à população LGBTT; IV - acompanhar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da população LGBTT, adotando ou propondo, se necessário, medidas administrativas cabíveis; V - receber e analisar as denúncias relativas ao preconceito e à discriminação quanto à orientação sexual e, se confirmadas, adotar as providências referidas no inciso IV deste artigo; VI - estimular, propor e orientar a realização de pesquisas sócio-econômicas sobre a participação da população LGBTT na formulação de indicadores que sirvam de parâmetros para a execução de políticas públicas voltadas para a igualdade de direitos; VII - apoiar, incentivar e orientar a criação e a organização de Conselhos Municipais LGBTT; VIII - analisar e dar parecer sobre projetos de lei do Poder Executivo que tenham implicações sobre os direitos da população LGBTT; IX - participar da organização das conferências estaduais de políticas para a população LGBTT; X - apoiar a implementação das políticas públicas formuladas nas conferências Nacional e Estadual; XI - apoiar a Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial na articulação com outros órgãos da administração pública estadual e com os governos municipais; XII - articular-se com os movimentos LGBTT, organismos municipais de LGBTT e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e favorecer o estabelecimento de estratégias comuns para a implementação de ações com vista à igualdade de direitos e ao fortalecimento do processo de controle social; XIII - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da população LGBTT; XIV - incentivar a realização de pesquisas acadêmicas e das organizações da sociedade civil em prol do esclarecimento das reais condições de vida da população LGBTT, bem como a utilização do conhecimento já adquirido.” (Decreto N° 6.855).

Dilemas da institucionalização constituem outro conjunto de problemas que pode decorrer desse processo de reconhecimento e legitimação. Na medida em que a agenda política dos movimentos LGBT é incorporada à agenda do Estado – o qual reconhece o papel daqueles para que essa agenda possa realmente ser implementada –, uma parte da liderança é incorporada a estruturas de governo e pode viver desconfortáveis situações de pressão, controle ou tutela do poder público no que concerne à liberdade de ação do próprio movimento, devido a uma sensação psicológica de perda de oportunidades e benesses que poderiam melhorar a vida de grupos organizados e mesmo do coletivo como um todo (Silva, 2008). Há uma possibilidade de captura dos movimentos e a conseguinte fragilização do processo de luta e resistência, que garantiu a emergência do próprio processo de conquista das políticas públicas em fase de implementação país afora.

Nesse sentido, vale notar que a psicologia política pode ter um papel importante no que tange ao estudo dos antagonismos e interesses conflitivos emergentes desses processos, assim como a reestruturação das relações entre movimentos sociais e poder público. Como a situação é verificável e

compartilha experiências também dos movimentos feminista e negro, se faz mister que os movimentos LGBT gerem novas lideranças para não se tornarem tutelados e/ou contidos pelos interesses do Estado e não vejam seus interesses perderem-se em um quadro de argumentos falazes. Garantir a autonomia parece bastante difícil quando os papéis políticos – as identidades políticas de militante e representante de governo – são misturadas. Como aponta Gonzáles-Suárez (2008:213), as organizações e movimentos sociais devem, durante os processos participativos, gerar sinergia de modo a garantir que as discussões permitam avançar sem a perda da autonomia e de um acesso substancialmente igualitário ao governo.

No que tange ao papel das paradas, são elementos estratégicos de visibilização de coletivos que não se permitem assimilar ou, alternativamente, permanecer em espaços subterrâneos – em suma, que desejam ver-se incluídos em uma sociedade verdadeiramente multicultural. Cumprem, assim, um papel político de empoderamento coletivo e resistência e luta política, que contribui para que a agenda de coletivos seja incorporada à agenda pública e passe a figurar no rol de políticas públicas que Estados e governos se vêem obrigados a desenvolver e manter. Essas relações de poder são relações de profundo interesse no campo da psicologia política.

### À guisa de conclusão...

No caso das questões referentes à identidade política da Parada LGBT e sua capacidade de promover consciências políticas nesses coletivos – que, muitas vezes, a mídia e os participantes põem em xeque ao se centrar, sobretudo, em seu lado festivo e carnavalesco, próprios das paradas LGBT –, estão cheias de conteúdo e significado político, seja direto ou subliminar. Ainda que cada parada particular tenha sua própria lógica organizativa, decorrente dos processos de negociação estabelecidos entre os distintos agentes coletivos implicados nestes, ações como os discursos de abertura, produzem impactos importantes nas dinâmicas internas dos distintos coletivos reunidos neste ‘guarda-chuva’, assim como no conjunto da sociedade. Quer seja a partir daquela parcela da sociedade heterossexual por onde passa a marcha, quer seja pela repercussão que milhares de gays e lésbicas, bissexuais e transgêneros, familiares e simpatizantes têm nos meios políticos e midiáticos, a festa se torna, necessariamente, uma festividade politizada, não sendo procedente a idéia de que este evento careça de politização (Silva, 2006). A festa se revela uma ampla f(r)esta, uma oportunidade de produção de relações marcadamente multiculturais com um arco amplo que aproxima as pessoas de questões que nem sempre se fazem visíveis em seu cotidiano.

Tais discursos de abertura reúnem líderes dos Movimentos LGBT, políticos de todas as esferas executivas e legislativas e outros movimentos sociais que se solidarizam e defendem mudanças sociais, culturais e legislativas, que se equiparam aos coletivos lesbigays e aos heterossexuais em nível de direitos (visto que, nos deveres, a igualdade do coletivo LGBT está em dia). Além disso, através do ato de repetir palavras de ordem com cunho **psicopolíticoafetivo** como: *‘É legal ser homossexual!’*, *‘Camisinha sim, Aids não!’*, *‘São Paulo é gay!’*, trabalham-se questões de autoestima, saúde pública, direitos humanos, etc..

Mais ainda: as paradas servem de espaço para que milhares de gays e lésbicas saiam dos múltiplos armários (Villiaamil, 2004) em que se colocam na vida pela primeira vez – sem ter vergonha de assumir a sexualidade por eles e elas construída, tendo orgulho de afirmarem sua identidade sexual e sem ocultar seus desejos – desejos politizados pela estrutura opressiva da sociedade *heteroditatorial*. Em outras palavras, as paradas cumprem o que a sociologia das massas chama de *visibilidade massiva*, ou seja, mesmo com toda irreverência, nudez e frenesi – expressos por membros do coletivo LGBT e apoiados pelos simpatizantes solidários às suas reivindicações –, demonstram ao governo, à população em geral e, sobretudo, aos ‘antipatizantes’ – os chamados ‘homofóbicos’ – que são milhões, estão em toda parte e também têm direito à cidadania plena (Santos, 2004, Silva 2008). As paradas, portanto são elementos que resistem às políticas de silenciamento e naturalização da sexualidade e que iniciam e são reforçadas continuamente (Lionço e Diniz, 2011).

Assim, a pressão política exercida pelos movimentos LGBT começa a surtir efeito também no Brasil, onde essa *comunidade* desponta como o mais novo bloco de importância eleitoral. Como já havia observado o sociólogo Gilberto Dimenstein (2002), em artigo publicado no Jornal *Folha de São Paulo*, a celebração do dia do orgulho é hoje a data politicamente mais relevante do Brasil, pois, além do trabalho indescritível de homens e mulheres que se dedicam a este evento, há também o amparo e o estímulo do próprio poder público, o que faz do *Dia do Orgulho Gay* na Avenida Paulista “(...) a mais importante manifestação de rua do Brasil. Supera, de longe, o Dia do Trabalho. E sem distribuir brindes, como fazem os sindicatos, para chamar o público”.

Essa importância política também se faz notável quando observamos o aumento, no país, do número de cidades e estados que implantaram leis antihomofóbicas como São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Recife. No âmbito do governo federal, foi instituído um programa elaborado por lideranças homossexuais de todo o país para combater o preconceito contra a livre orientação sexual, intitulado *Brasil contra a Homofobia*. E no judiciário nesse ano de 2011 foram diversas as vitórias, desde a constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo decretada pelo Supremo Tribunal Federal e com força vinculante até a decisão do Supremo tribunal de Justiça que reconheceu o direito de

duas mulheres lésbicas de casarem-se em pleno direito. Certamente, esse tipo de conquista é resultado do exercício da militância e da expressão política daqueles que se fazem visíveis nas inúmeras paradas que ocorreram no Brasil desde que estas surgiram, em 1995. Só no ano de 2007, foram realizadas, no Brasil, cerca de 70 marchas do Orgulho LGBT. Em 2011 foram mais de 200 segundo dados de secretarias de turismo e registros de organizações militantes como a ABLGBT.

Outro resultado visível no contexto social é o surgimento de diversas *Frentes Parlamentares pela Livre Expressão Sexual*, que surgiram tanto em âmbito federal quanto em âmbito estadual. Exemplo da ação dessas frentes pode ser visto no estado de São Paulo, onde a Assembléia Legislativa realizou uma inédita sessão solene para celebrar o *orgulho gay*, mesmo com a oposição de deputados evangélicos.

Portanto, é perceptível que estas ações de massa têm transformado as relações sociais em cada um dos contextos nos quais se celebram e, quando somadas, representam aproximadamente 5.500.000 pessoas com capacidade de influenciar, efetivamente, seu entorno eleitoral e que, se não por respeito, pelo menos por temor eleitoral, se fazem respeitar nos meios políticos. Estas também se fazem visíveis e contestam as *ditaduras* ainda vigentes em nossa sociedade, contestam a *ditadura do amor único*, na qual não há espaço para a diferença e a diversidade. Certamente, a maior visibilidade social oferece uma autoimagem positiva às novas gerações homossexuais e abre espaço para que essas mesmas futuras gerações não tenham de sofrer como sofreram as gerações passadas e mesmo esta – a geração desse princípio de século – que hoje se faz ouvir em múltiplas formas de militância. Hoje, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais ainda são tolerados, suportados ou engolidos por uma imensa parcela da sociedade, da qual outra parte não manifesta publicamente seu preconceito contra essas coletividades porque, quem sabe, hoje seja, digamos, *politicamente incorreto* ou porque *ser gay* ou lésbica está na moda e não porque tenha realmente mudado sua concepção a respeito de pessoas com orientação discordante da socialmente imposta. Quiçá, a tolerância ainda seja necessária, mas, todavia pode-se sonhar com um mundo onde ser tolerado seja apenas uma triste memória de uma história que um dia o mundo viveu.

A parada é, hoje, a maior festa política deste país, a favor da liberdade de amar, contra a culpa e em defesa de direitos humanos também para esses coletivos. A multidão que lota anualmente a Avenida Paulista e a Rua da Consolação realiza uma imensa *celebração amorosa* na contramão da cultura homofóbica, patrocinada pelas religiões cristãs, judaica e islâmica, bem como pela sociedade que insiste em defender a heterossexualidade obrigatória (Rich, 2001). Ela mostra homossexuais e heterossexuais celebrando uma nova compreensão do amor e ensinando ao Brasil e ao mundo a lutar pelo direito de amar – uma proposta política digna de sociedades verdadeiramente justas e democráticas, nas quais o *sol realmente nasce para todos*. Mas ainda são inúmeras as crenças e valores que, como já apontaram,

Gouveia, Melo, Camino (2007) e Gouveia e Caminho (2009) que atuam como elementos produtores de dissensos decorrentes das múltiplas significações acerca dos sentidos de cada termo que compõe a agenda pública de reivindicações. Mesmo assim se tem avançado, caminhado ruo ao reconhecimento de direitos LGBT como direitos humanos (Silva, 2011, 2012; Santos, 2004).

O nascimento de políticas públicas, órgãos de Estado, Frentes Parlamentares e leis que coíbem as *cidadanias de segunda classe* ou mesmo as *cidadanias-negadas* é o resultado de uma história de luta contra uma história que nomeia esses coletivos como vencidos ou como sujeitos que têm o acesso ao espaço público negado. Felizmente, esse quadro de intolerância e injúria, que permite que um ocupante de ônibus grite palavras ofensivas a um casal homossexual que expresse sua sexualidade em plena luz do dia, como ainda se testemunha em certas ocasiões, ou, pior ainda, que grupos intolerantes agridam e ponham em risco a pessoas desses coletivos pelo fato de não admitirem como algo normal e aceitável a construção de sua sexualidade, começa a mudar – apesar do longo caminho que ainda há pela frente.

O que parece é que, agora, o Estado assume em sua agenda e em sua estrutura uma questão sumamente relevante, para a qual já não pode mais pôr-se de costas. O mesmo vale para o campo dos estudos sociais. E a psicologia política brasileira tem sido um desses espaços a acolher com bom grado a temática que, até pouco tempo atrás, era profundamente malvista na academia. Portanto, não poderia ser mais feliz, neste final de artigo, a recordação da importante figura de João Silvério Trevisan, escritor e militante gay, que diz: “*Queremos pão, mas queremos rosas também. É motivo para nós da comunidade homossexual termos orgulho. E para o Brasil ter orgulho dos seus cidadãos e cidadãs homossexuais*” (Trevisan, 2004).

### Referências Bibliográficas

- Ansara, S. (2005). *Memória Política da Ditadura Militar e Repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Calvo, K. (2002). Identidad, diferencia y disidencia sexual: el caso del movimiento de lesbianas y gays. In: Robles, J. M. (Org.) *El Reto de la Participación: Movimientos Sociales y Organizaciones*. Madrid: Minimo Transito.
- Camino, L. (1999). Papel Ambiguo da Psicologia nos Processos Sociais de Inclusão-Exclusão da Homossexualidade In: II Semana Norteriograndense, Natal.

- \_\_\_\_\_. (2000a). Papel da Teorias Psicologicas no Preconceito Contra a Homossexualidade: Um Estudo Empírico com Professores e Estudantes de Psicologia In: *I Congresso Hispano-Português de Psicologia*, Santiago de Compostela.
- \_\_\_\_\_. (2000b). O Papel da Psicologia na Construção dos Direitos Humanos: Análise das Teorias e Práticas Psicológicas na Discriminação ao Homossexualismo In: *A Interdisciplinariedade em Questão* ed. Campina Grande : Editora Universitária da UFP
- \_\_\_\_\_. & Lacerda, M. (1999). A Representação Social da Homossexualidade. O que pensam estudantes universitários In: *1º Seminário de Pós-graduação & 1º Encontro de Pós-graduandos da UFPB*, 1999, João Pessoa.
- \_\_\_\_\_. & Pereira, C. (2003). O Papel da Psicologia na Construção dos Direitos Humanos: Análise das Teorias e Práticas Psicológicas na Discriminação ao Homossexualismo. *Revista Perfil*.
- Costa, F. A. ; Machado, F. V. & Prado, M. A. M. . (2008). Participação Política e Experiência Homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 42, p. 325-337.
- Cruz, E. F. (2011). Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola. *Psicologia Política*, 10(21), 73-90.
- D'Emilio, J. (1983). *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of the Homosexual Minority in the United States 1940 – 1970*. Chicago: Chicago University Press.
- Engel, S. M. (2001). *The Unfinished Revolution: Social Movement Theory and the Gay and Lesbian Movement*. Cambridge: Cambridge Univerty Press.
- Fortaleza. (24/04/2008). *Conferência Municipal GLBTTT*. Acessado em 17/04/2009 de [http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=7871&Itemid=239](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7871&Itemid=239)
- Fry, P. (1982). Para Inglês ver.
- Goiás. (2008). Decreto N° 6.855, de 31 de Dezembro. Acessado em 18/04/2008 de [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2008/decreto\\_6855.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2008/decreto_6855.htm)
- Guasch, O. (1995). *La Sociedad Rosa*. Barcelona: Anagrama.
- \_\_\_\_\_. (2000). *La Crisis de la Heterosexualidad*. Barcelona: Laertes.
- González- Suárez, Mirta. (2005). *Psicología Política*. San José: Universidad de Costa Rica
- Goffman, I. (1973). *Estigma*. Petrópolis: Vozes.
- Gouveia, R.C. & Camino, L. (2009). Análise Psicossocial das Visões de Ativistas LGBTs sobre Família e Conjugalidade. *Psicologia Política*, v. 9, p. 47-65.
- \_\_\_\_\_, Melo, I. & Camino, L. (2007). As crenças sobre a natureza da homossexualidade e as atitudes frente às reivindicações do movimento GLBT. In: Eugênia Correia Krutzen; Sarita Brazão Vieira. (Org.). *Psicologia Social, Clínica e Saúde Mental*. 1 ed. João Pessoa: Universitária da UFPB, v. 1, p. 180-201.

- Heller, A. (1998). *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Península.
- \_\_\_\_\_. (2001). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Herrero Brasas, J. A. (2001). *La Sociedad Gay: Una invisible Minoría*. Madrid Foca.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um Estudo das Novas Formas do Preconceito Contra os Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais . *Psicologia Reflexão e Crítica*.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2008). Homofobia, Silêncio e Naturalização: uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, 8(16), jun./dez., 307-324.
- Loughery, J. (1988). *The Other Side of Silence. Men's Lives and Gay Identities: A Twentieth Century History*. Nova Iorque: Henry Holt.
- Machado, A. (2002). *Discriminação e Identidade: Um estudo na perspectiva das homossexuais*. Dissertação (Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba.
- Machado, Frederico, V. & Prado, Marco A. M. (2005). Movimentos Homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, 10(19). Minas Gerais.
- (2008). Resolução SEDESE N° 009/08, de 04 de março. Acessado em 17/04/2009 de <http://74.125.47.132/search?q=cache:4w6RSajJmq8J:www.direitoshumanos.mg.gov.br/direitos%2520humanos/direitos+humanos/down+conf+glbtt/Regimento+Estadual+versao+final.doc+Secretaria+de+desenvolvimento+social+minas+gerais+%22Resolu%C3%A7%C3%A3o+SEDESE+N%C2%BA+009/08%22&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>
- \_\_\_\_\_. (2007). Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). *Les Cahiers de Psychologie Politique*, v. 10, p. 10.
- \_\_\_\_\_. (2009). Sexualidade e cidadania. sociedade civil e poder público na organização da parada glbt na cidade de belo horizonte (Brasil) (Republicado/Revisão). *Les Cahiers de Psychologie Politique*, v. 15, p. 14.
- Moscovici, S., & Doise, W. (1991). *Dissensões e Consenso: uma teoria geral das decisões coletivas*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Mott, Luis. (2006). Homoaffectivity and human rights. *Revista Estudos Fen«ministas*. Florianópolis, v. 14(2) Set. Acessado em 18/04/2009 de, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000200011&script=sci\\_arttext&tlnq=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2006000200011&script=sci_arttext&tlnq=en)
- Nahra, C. (2007). Os novos filósofos da lei natural e a visão cristã sobre a homossexualidade. *Bagoas- Estudos Gays, Gênero e sexualidades* 1(1) jul./dez. 145-166.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. 3.
- Platero, R. (2007). Lãs diferentes construcciones y marcos interpretativos sobre los problemas de lesbianas y gays em España (1995-2005). *Bagoas- Estudos Gays, Gênero e sexualidades* 1(1) jul./dez. 287-301.

- Prado, M. A. M.; Rodrigues, C. S. & Machado, F. V. (2006). *Participação, Política e Homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBTT de Belo Horizonte*. 1. ed. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, v. 1000. 85 p
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. Carmona, A. (2009). Luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático?. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 1, p. 134-165.
- Prado, M. A. M. ; Machado, F. V. ; Santos, L. C.. & Mountian, I. (2010). Los movimientos LGTB y la lucha por la democratización de las jerarquias sexuales en Brasil. *Revista Digital Universitaria*, v. 11, 68-75.
- Perucchi, J. . (2008). Eu, tu elas... in the ghetto: os sentidos do homoerotismo feminino sob a ótica do território. In: Toneli, Maria Juracy ; Lago, Mara Coelho de Souza ; Beiras, Adriano.; Muller, Rita de Cassia Flores ; Vavassori, Mariana. (Org.). *Gênero e pesquisa em Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. , p. 61-74
- Rancière, J. (1996a). *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. (1996b). O Dissenso. In. A. Novaes (Org.). *A Crise da Razão*. (pp. 367-382). Minc - Funarte. Cia das Letras.
- Rich, A. (2001). *Sangre, pan y poesía: prosa escogida 1979-1985*. Barcelona: Icaria, D.L..
- Saffioti, H. I. B. (1987). *Poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- Santos, A. C. (2004). Cidadania sexual na democracia Portuguesa. *Psicologia Política*. 4(8). Jul./dez. 257-278.
- Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, A. S. (2004). A Parada do Orgulho Gay como expressão da Luta Política dos Movimentos GLBT . Em VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: CES.
- \_\_\_\_\_. (2006). Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da *Consciência Coletiva* dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUCSP.
- \_\_\_\_\_. (2007a). As Cores Memoriais (e Distorcidas) da (In)Diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da Homofobia?! *Bagoas – Estudos Gays, Gênero e sexualidades* 1(1) jul./dez. 167-92.
- \_\_\_\_\_. (2007b). Direitos Humanos e Lugares Minoritários: Um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola. *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Ministério da Educação. (Secretaria de Educação Básica). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11\\_soares.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf)

- \_\_\_\_\_. (2008). *Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT*. 1. ed. Curitiba: Juruá. v. 1. 514 p.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual*. Trivium, 3(2).
- \_\_\_\_\_. & Barboza, R. (2005). Diversidade sexual, Gênero e Exclusão. Social na produção da Consciência Política de Travestis. *Athenea Digital*, 8. 27-49. Disponível em: <http://Redalyc.Uaemex.Mx/Src/Inicio/Artpdfred.Jsp?lcve=53700802>
- \_\_\_\_\_. & Barboza, R. (2009). Exclusão social e Consciência Política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. *Cadernos CERU (USP)*, v. 20, p. 257-276. Disponível em: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-45192009000100015&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-45192009000100015&script=sci_arttext)
- \_\_\_\_\_. & D'Addio. (2012). Homofobia, Violência e Direitos Humanos. In: Almeida, M. B., Silva, A. S. & Pedro, F. C. *Psicologia Política: debates e embates*. São Paulo: EDEACH.
- Silva, T. T. da. (1999). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Smigay, K. E. v. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, v.8, n.1. 32-46.
- Stompka, P. (1999). *Sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Trevisan, J. S. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Record.
- \_\_\_\_\_. (28/062004b). Por que celebrar o orgulho gay? *Folha de S. Paulo*. Tendências/Debates.
- Vianna, C. & Ramirez, L. (2008). A eloquência do silêncio – gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculada nos livros didáticos. *Psicologia Política* 8(16), 345-362.
- Villiaamil, F. (2004). Economía política del armario: políticas del silencio políticas de autenticidad. *Psicología Política*, 4(8). 275-306.